

Gramsci e Freire e suas Contribuições Alvissareiras na Educação de Pessoas Trabalhadoras

Gramsci and Freire and their Auspicious Contributions to the Working People Education

Recebido: 20/03/2023 | **Revisado:** 21/05/2023 | **Aceito:** 04/05/2023 | **Publicado:** 23/06/2023

Maria Margarida Machado
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5036-4334>
Universidade Federal de Goiás
E-mail: mmm2404@ufg.br

Júlio César Apolinário Maia
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7162-2136>
Universidade Federal de Goiás
E-mail: jcesarm@outlook.com

Como citar: MACHADO, M.M.; MAIA, J. C. A.; Gramsci e Freire e suas Contribuições Alvissareiras na Educação de Pessoas Trabalhadoras. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-17, e15140, Jun. 2023. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

O artigo resulta de pesquisas documentais e bibliográficas que se dedicam a aprofundar as contribuições teóricas e metodológicas de Antonio Gramsci e Paulo Freire, para pensar a realidade que envolve o direito a educação de pessoas trabalhadoras e a superação de sua condição de subalternidade. Destaca elementos biográficos desses importantes intelectuais, coloca em diálogo as práticas educativas gramscianas e a concepção de educação de Freire e enfatiza elementos conceituais e pedagógicos que auxiliam na retomada de princípios necessários a formação de pessoas trabalhadoras e sua relação com a defesa de uma escola pública popular. Por fim, destaca elementos para abastecer ou fomentar as discussões em torno da educação de pessoas trabalhadoras, no contexto brasileiro das próximas décadas.

Palavras-chave: Educação de pessoas trabalhadoras; Antonio Gramsci; Paulo Freire; Escola pública popular.

Abstract

The article is a documentary and bibliographical research result dedicated to deepening the Antonio Gramsci and Paulo Freire theoretical and methodological contributions, to think about the reality that involves the working people education right and the overcoming of their subalternity condition. It highlights biographical elements of these important intellectuals, puts in dialogue Gramscian educational practices and Freire education conception, and emphasizes conceptual and pedagogical elements that help in the resumption of principles necessary for the working people formation and their relationship with the popular public-school defense. Finally, it shows elements to supply or encourage discussions around the working people education, in Brazilian coming decades.

Keywords: Working people education; Antonio Gramsci; Paulo Freire; Popular public-school.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de uma pesquisa, em andamento, que tem como objetivo geral aprofundar as contribuições teóricas e metodológicas de Antonio Gramsci para pensar a realidade que envolve o direito a educação de todos e todas, em especial de pessoas trabalhadoras, e a superação de sua condição de subalternidade. Vincula-se a um dos objetivos específicos dessa pesquisa, que busca aproximar o pensamento e a prática de Gramsci ao educador brasileiro Paulo Freire. O acesso a textos inéditos da produção jornalística de Gramsci, bem como aos depoimentos e entrevistas de seus contemporâneos, tem permitido identificar elementos de confluência entre Gramsci e Freire, para além daqueles já revelados nos próprios escritos freireanos e nos de seus biógrafos. Considerando que o dossiê da Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT) provoca a pensar o novo, olhar para frente e buscar caminhos para a educação de pessoas trabalhadoras, o presente esforço investigativo parte do pressuposto que Gramsci e Freire são ainda referências importantes no curso dessa jornada.

As reflexões expostas resultam de uma pesquisa documental e bibliográfica realizada em acervos físicos e digitais, disponibilizados pela *Casa Museo Antonio Gramsci* em Ghilarza, pela *Associazione Casa Natale Antonio Gramsci* em Ales e pela biblioteca do Departamento de Ciências Políticas e Sociais da *Università degli Studi di Cagliari* (UniCa). Os diálogos de confluência entre o pensamento e a ação de Gramsci e Freire partem das suas próprias obras (FREIRE, 1967; 1970; 1992), do diálogo dele com outros educadores (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1995) e das reflexões de Mayo (2004; 2018), complementadas pelas análises de autores como Beisiegel (2008).

São destacadas, inicialmente, algumas características biográficas desses sujeitos para, em seguida, serem explicitadas as suas contribuições para educação de pessoas trabalhadoras, partindo de recursos filológicos e de tradutibilidade. A intencionalidade de retomar estes aspectos biográficos é destacar que a vida não se separa da “obra”, ou seja, que a identificação com as classes oprimidas/subalternas resulta do pertencimento de cada um desses sujeitos a essas classes. Gramsci de jornalista se torna deputado e Freire de professor universitário se torna consultor internacional, todavia seguem sendo trabalhadores e lutando pela dignidade de outros trabalhadores.

Na sequência, duas outras partes do artigo dedicam-se a apresentar aspectos relevantes da práxis de Gramsci e Freire que se encontram em confluência, expressos em suas “práticas” pedagógicas e que, em alguma medida, indicam os elementos fundantes para repensar o dever de uma educação democrática, pública e pautada na formação integral humana. O artigo finaliza problematizando todos esses elementos à luz dos desafios encontrados frente a oportunidade, no contexto brasileiro, pós Golpe de 2016 e pós Governo Bolsonaro, da disputa por um projeto de escola pública popular com a classe trabalhadora.

2 GRAMSCI E FREIRE – SUJEITOS QUE FALAM DE ONDE SEUS PÉS PISAM

A fim de compreender a importância desses intelectuais e militantes para pensar a educação de pessoas trabalhadoras, vale a pena destacar, inicialmente, alguns elementos biográficos que aproximam Gramsci e Freire, quanto a suas origens, processos formativos e atuações profissionais. Ambos são de regiões consideradas menos desenvolvidas dos seus países. Gramsci da Sardenha, ilha italiana localizada no mar Mediterrâneo, e Freire de Pernambuco, Estado da região Nordeste do Brasil. Gramsci nasce em 1891 e Freire em 1921.

Na infância, ambos sofrem com os problemas financeiros vividos por suas famílias. A família de Gramsci passa por privações após a prisão de seu pai, acusado de improbidade administrativa no cartório onde trabalhava. A família de Freire também se vê em condições financeiras ruins, resultantes da Crise de 1929, quando precisaram hipotecar a casa onde viviam na cidade do Recife, acumularam dívidas não pagas, perderam a casa e se mudaram para Jaboatão.

Desta origem de classe e território resultam preconceitos sociais, vividos e enfrentados por Gramsci e Freire. Ser um sardo, um cidadão do *mezzogiorno*; ser um pernambucano, um nordestino, em muitos momentos da história da Itália e do Brasil representou (em nosso país infelizmente ainda representa) ser inferior, ser ignorante, ser responsável pelo atraso do país e, neste sentido, impedir o seu “desenvolvimento” econômico, político e social. A vida em família, nas diversas regiões, cidades e países onde viveram Gramsci e Freire e a formação e produção teórica e política destes intelectuais revelam que ambos buscaram compreender o contexto do chamado “desenvolvimento” econômico, político e social de seu tempo, contrapondo-se ao modelo capitalista que sobrevive até os nossos dias pela manutenção da realidade entre opressores e oprimidos, dirigentes e dirigidos, governantes e governados, em sentido de naturalização da subalternidade de uma maioria aos interesses de uma minoria.

Quanto ao processo formativo de Gramsci e Freire, as privações financeiras vividas por eles resultaram num retardo de acesso e conclusão da educação escolar básica, mas não os impediram de lutar pela continuidade de seus estudos em nível superior. Gramsci ingressou na Universidade de Turim, em 1911, na Faculdade de Letras e Filologia Moderna; Freire ingressou na Faculdade de Direito do Recife, em 1943. Gramsci não concluiu sua formação acadêmica, mas seu aprendizado e amadurecimento teórico e político são visíveis na sua produção jornalística e no cárcere. Já Freire, conclui o curso de Direito, mas não atuou como advogado, optou por continuar como professor de língua portuguesa, profissão que exercia no Colégio Osvaldo Cruz, onde concluiu sua educação básica; posteriormente, em 1961, assumiu a cadeira de professor-assistente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife.

Ainda tratando de aspectos formativos e de atuação, cabe destacar que ambos foram homens de Partido. Gramsci se vinculou ao Partido Socialista Italiano (PSI) nos primeiros anos de sua chegada a Turim e foi um dos fundadores do Partido Comunista da Itália (PC d'I), em 1921. Freire teve uma atuação tardia em partido político, no início de 1980, como sócio-fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). A experiência como jornalista nos principais periódicos de esquerda da Itália, como dirigente do PC d'I, como deputado eleito em 1924 e como prisioneiro político no

cárcere fascista até a sua morte em 1937, constituíram-se em momentos de grandes desafios, mas também grandes aprendizagens, para Gramsci. O mesmo pode ser dito sobre Freire, que passa de professor universitário a exilado político, quando se instaura a Ditadura Civil Militar no Brasil, em 1964, a perseguido pelo “método subversivo” de alfabetização de adultos, que praticava no país desde o início dos anos 1960.

No exílio, em diversos países, Freire continua a defender a educação como ato político e emancipatório, nas universidades e organizações sociais onde atuou. Seu retorno ao país é marcado pela atuação no PT, inclusive como Secretário de Educação da cidade de São Paulo, quando este partido assumiu a prefeitura em 1989. Permaneceu atuando em instituições de ensino superior até a sua morte, em 1997. As atuações de Gramsci como jornalista e de Freire como educador revelam a força de constituição da origem e da formação de cada um destes intelectuais, que resulta na elaboração e na defesa de uma filosofia da emancipação, expressa em suas práxis.

3 GRAMSCI E SEU MODO DE APRENDER COM O OUTRO

Os escritos carcerários de Gramsci, pelos sucessivos exercícios filológicos que desde meados do século XX os buscaram interpretar, organizar e publicizar, carregam uma concepção de educação que, a despeito dos condicionantes objetivos protagonizados pela Itália à época da elaboração original de suas reflexões, auxilia ainda aos processos de leitura e investigação da realidade hodierna. Enorme quantidade de temas que se remetem à concepção de educação, compilados e debatidos por intelectuais estudiosos de seu pensamento, como Urbani (1967), Manacorda (1990), Baldacci (2017) e Benedetti e Coccoli (2018), podem ser apreendidos da produção carcerária, bem como remeter a sua produção pré-carcerária.

A orientação filológica assumida por muitos desses intelectuais, para o estudo da produção carcerária, toma o conceito de educação articulado ao movimento diacrônico, inaugurado pelo exercício editorial de Valentino Gerratana (1975) e colaboradores ao longo das décadas de 1960 e 1970. Assim, é possível destacar as indagações a respeito do papel e do método assumido pelos organismos de formação e de organização da cultura, como jornais, revistas e universidades. Ao lado dessas indagações observam-se ainda notas de aproximações entre o conceito de hegemonia e o organismo escolar, da capacidade educativa remetida à figura do Estado sintetizada no conceito de “trama privada”, de críticas a uma pedagogia associada ao autodidatismo, ao voluntarismo e ao parasitismo enquanto espectros do continente europeu e, em especial, do tema da edificação de uma escola unitária identificada pela marca da simbiose entre o conhecimento manual e o conhecimento intelectual (GRAMSCI, 1975).

Todos os temas apresentados, em maior ou menor medida, ampliam-se em correspondência à metodologia de escrita assumida por Gramsci nos anos do cárcere. O que tem se observado, do traço filológico assumido pelos estudiosos da concepção de educação nos cadernos carcerários de Gramsci, é a identificação de sucessivos movimentos de sínteses das notas constitutivas desse tema no entorno dos diversos períodos que caracterizam a sua produção. Portanto, do conjunto esparso de notas

constitutivas do Caderno 1, do qual o tema da concepção de educação se mostra, por vezes, ainda confuso e correlacionado a diversos outros temas de interesse de estudo e aprofundamento do teórico, passa a existir, progressivamente, o esforço de demarcação, cada vez mais intenso, de uma concepção de educação. Baldacci (2017) associa esse movimento, notadamente, aos Cadernos 1, 4, 12 e 29, sobre os quais a intencionalidade de uma concepção de educação acompanha a linha interpretativa dos mais recentes estudos sobre filologia da obra em questão, passíveis de serem identificados em Cospito (2016).

Cabe ainda destacar, é o que apresentamos neste artigo, os escritos que antecederam o período do cárcere de Gramsci. São desses escritos, em boa medida orientados à defesa dos direitos da classe trabalhadora contra os inúmeros eventos de opressão, expropriação e alienação aos quais a desejam sujeitar os grupos sociais dominantes, que podem ser apreendidas, de acordo com Mayo (2004), algumas práticas educativas e, em especial, aquelas associadas à educação de pessoas trabalhadoras, protagonizadas por Gramsci. Ao lado desses escritos, que constituem notável fonte de investigação científica a respeito da concepção de educação em Gramsci, encontram-se ainda pesquisas, como as de caráter biográfico, realizadas por Quercioli (1977) e Fiori (1979), que adotando a técnica da entrevista com personagens partícipes dessas práticas educativas, exprimem o sentido do uso dessa concepção de educação.

Portanto, a despeito da convergência do sentido da concepção de educação em Gramsci, nas notas carcerárias e nos escritos pré-carcerários, que permite conceber ao seu pensamento certo caráter sincrônico, devem ser respeitadas e levadas em conta as singularidades dos tempos históricos e dos propósitos axiológicos atributivos a cada tipo de redação. O propósito imediato da denúncia, da propaganda política orientada à educação e organização da classe trabalhadora, passível de ser apreendido nalguns escritos e nalgumas narrativas de personagens que, em maior ou menor medida, conviveram com Gramsci, não carrega o mesmo valor do propósito da interpretação, da reflexão solitária, por ele movida nos anos do cárcere, sobre diversos elementos representativos do processo histórico de constituição e consolidação da hegemonia burguesa. Todavia, se constituem em pistas pedagógicas relevantes para compreender, por exemplo, a defesa de Gramsci da relação orgânica entre intelectuais e massa.

Para fins deste artigo, priorizamos aprofundar o propósito imediato da propaganda e da mobilização política nas práticas educativas protagonizadas por Gramsci, antes do seu encarceramento, acreditando por meio delas ser possível identificar elementos de tradutibilidade para problematizar, pensar e inferir a respeito da educação de pessoas trabalhadoras em nossos tempos. A escolha pelo aprofundamento dos escritos políticos de juventude e relatos de companheiros parte, sobretudo, da ideia de que as práticas educativas por eles observadas podem melhor traduzir as impressões de Gramsci sobre a educação de pessoas trabalhadoras.

Os anos de redação de Gramsci em diversos veículos de propaganda operária¹ contêm importantes pistas para a identificação do valor, por ele depositado,

¹ No semanário socialista *Il grido del popolo*, a partir de outubro de 1914, que em 1918 passaria a compor a sessão turinense do *Avanti!*, órgão central de comunicação do PSI, e no *L'Ordine nuovo*, resenha semanal da cultura socialista, bem como diário comunista, órgão do PC d'I e, após 1924,

à educação de pessoas trabalhadoras. Muitos artigos desse período se remetem à defesa de uma noção de liberdade à classe trabalhadora, destoante daquela suposta pelas castas intelectuais e religiosas italianas. De tal noção passa a assumir protagonismo uma concepção de educação capaz de problematizar com a classe trabalhadora o peso das relações de desigualdade a que vinham sendo submetidas. É simbólica a passagem do escrito *Antes de tudo, livres*² originalmente redigido em 1918 e publicado no *Il grido del popolo*.

A educação, a cultura, a ampla organização do conhecimento e da experiência, é a **independência das massas em relação aos intelectuais**. A fase mais inteligente da luta contra o despotismo dos intelectuais de carreira e das habilidades do direito divino é o trabalho de intensificação da cultura, de aprofundamento da consciência. E esse trabalho não pode ser adiado para amanhã, quando estaremos politicamente livres. Ele é, em si, liberdade, é, em si, um estímulo e uma condição para a ação. A consciência do próprio despreparo, o medo de fracassar no teste de reconstrução, não é, talvez, o mais forte dos grilhões que impedem a ação? E não pode ser de outra forma; socialismo é organização, e não apenas política e econômica, mas também e principalmente de conhecimento e vontade, obtidos através da atividade de cultura (GRAMSCI, 1984, p. 275, tradução nossa, grifo nosso).

Uma concepção de educação, bem como de organização do conhecimento, da cultura e das experiências, conjugada ao imperativo de a classe trabalhadora adquirir independência dos intelectuais e da igreja que, como fica claro em muitas de suas denúncias noutros escritos, tão somente a buscavam conduzir e conscientizar ao quadro de reafirmação da hegemonia burguesa. Essa prática se fomentava com a devida justificativa desses às adversidades e desigualdades, que mantinham e aprofundavam as disparidades da relação capital-trabalho entre os grupos sociais subalternos e os grupos sociais dominantes.

Este impulso, de educação da classe trabalhadora, por Gramsci iniciado nos veículos de propaganda operária desde o ano de 1914, também toma forma, especificamente em 1917, de uma outra prática educativa capaz de contribuir ao entendimento da concepção de educação impressa em seu pensamento, alicerçada à prática de liberdade e à tomada de consciência, das pessoas trabalhadoras, de sua própria condição de independência das imposições que lhes atribuíam os grupos sociais dominantes.

Tal prática educativa diz respeito ao empenho assumido por Gramsci, com alguns companheiros, no entorno da organização de uma associação proletária de cultura, que não por acaso reapareceria, sob diferentes formas, títulos e metodologias de estudo, em diversos outros momentos de sua trajetória política. Em 1917, especificamente com vistas a interpretação do processo revolucionário desencadeado pela revolução russa, há a formação em Turim do “Clube de vida moral”.

revista teórica quinzenal (MARTINELLI, 1978; GUIDA; RIGUI, 2019; COUTINHO, 2004; MUSSI; BIANCHI, 2020).

² No original: *Prima liberi* (GRAMSCI, 1984).

Carlo Boccardo, membro e companheiro de fundação desse clube, como também atuante nas atividades de organização política à época, ocorridas em Turim, assim caracteriza a atuação de Gramsci na educação da classe trabalhadora e, por conseguinte, fornece elementos para a compreensão de uma concepção de educação a ela associada:

Era um homem afável, muito cortês com todos, muito paciente; exigente, sim, mas do ponto de vista moral: na forma de trabalhar, na forma de apresentar um trabalho, no empenho e seriedade em fazer perguntas mais ao mesmo tempo ser compreensivo com os que não conseguiram, apesar da boa vontade. Gramsci nasceu para encorajar a todos, para os envolver, para **incutir confiança em cada um de suas próprias possibilidades**. [...].

Nosso modo de moralizar não partiu de uma ideia preconcebida, nem nossos discursos jamais foram extremamente ocupados ou contidos em limites teóricos particulares; mas era um hábito, era uma maneira de fazer as coisas. Bastava tentar raciocinar, pensar e examinar se o julgamento expresso pelos outros tinha alguma validade, em que sentido era aceitável, se tínhamos algo diferente a dizer e como diríamos. Gramsci não falava muito, fazia indicações, fazia os outros falarem, encorajava-os a falar e os deixava expressar com a maior liberdade. Aí ele intervinha, fazia algumas perguntas, pedia alguns esclarecimentos, fazia objeções para ver se era realmente assim, se não estávamos nos contradizendo; em suma, **ele nos guiou neste difícil trabalho, não de expor, mas de raciocinar** (QUERCIOLI, 1977, p. 38-39, tradução nossa, grifos nossos).

A combinação entre exigência moral e liberdade de expressão sintetiza, em grande medida, a direção das práticas educativas conduzidas por Gramsci e colaboradores, bem como caracteriza a concepção de educação associada a essas práticas. Conceber significância à realidade do sujeito que aprende, não somente com base no estímulo à sua expressividade oral, mas também no estímulo à escuta por parte do sujeito que se propõe a ensinar, parece fundamental à condução de um processo de ensino e aprendizagem orientado às pessoas trabalhadoras.

O sentido da liberdade, de singular importância para Gramsci, relaciona-se com a previsibilidade destes estímulos. A problematização, a partir das indagações, objeções e esclarecimentos, seguem a livre expressão do sujeito que aprende, toma forma de exigência moral, aparecendo ainda, nalguns dos tantos trechos de seus escritos, como disciplina, método e coerção. Também o sentido da reflexão impresso na problematização do relato daquele que aprende, e nisso auxiliam Benedetti e Coccoli (2018), acrescenta à noção de liberdade, na medida em que essa noção se identifica com a tomada de consciência, por parte desse mesmo sujeito, de sua condição de autonomia, de ocupação, em sociedade, de uma posição indistinta de qualquer outra.

A percepção das contradições sociais que, muitas vezes, buscam impossibilitar essa condição de ser do sujeito, portanto sua condição de existência, em si, é liberdade. Também é liberdade o campo de ação aberto por essa condição de existência, de tal modo que a tomada de consciência, a partir da combinação entre

exigência moral e liberdade expressão, encontra uma representação direta no campo da ação, das normas de conduta e atitudes assumidas por sujeitos que aprendem, submetidos ao processo de ensino e aprendizagem.

O “Clube de vida moral” se orientava à formação moral e intelectual de jovens trabalhadores não universitários³. Nele, Gramsci estimulava a exigência moral e a liberdade de expressão desses trabalhadores a partir da condução de pesquisas e elaboração de resenhas, e também realização de seminários para debates. Um movimento de formação que pressupunha uma reforma no campo das ações e das práticas cotidianas desses jovens trabalhadores. Sobre esse propósito, nas palavras de Gramsci, a concepção de educação como apreensão da teoria e, por conseguinte, como manifestação da prática, pode ser apercebida:

Em Turim, acreditamos não bastar a pregação verbal dos princípios e máximas morais que necessariamente deverão ser estabelecidos no advento da civilização socialista. [...]. Assim surgiu, recentemente, um Clube de vida moral. [...]. Queremos habituar [os jovens trabalhadores] **à pesquisa, à leitura com disciplina e método e à simples e serena exposição das suas convicções.** [...] o Clube tem, entre seus objetivos, a aceitação do controle recíproco das atividades cotidianas, familiares, laborais e civis de cada um. Queremos que todos tenham coragem e energia moral suficientes para se *manifestarem* publicamente, aceitando que os amigos os aconselhem e monitorem: **queremos criar confiança mútua, uma comunhão intelectual e moral de todos** (GRAMSCI, 1967, p. 100-101, tradução nossa, grifos nossos).

A reciprocidade de informações, conselhos e ações entre os sujeitos que aprendem toma forma de marca da manifestação prática zelada pelas experiências pedagógicas de Gramsci e seus companheiros. Vale, neste sentido, destacar de Andrea Viglongo, militante e jornalista, em diversos periódicos de esquerda junto a Gramsci, o comentário a respeito, tanto da personalidade de Gramsci, quanto do cuidado por ele depositado sobre a tarefa de condução de uma reforma moral e intelectual, representativa daquele ideal de liberdade defendido, aos grupos de pessoas trabalhadoras:

Já disse em conferências e também escrevi: o que quer que Gramsci tivesse feito em vida, seria sempre um grande educador. Porque ser educador estava justamente na sua vocação, no seu estilo, no seu propósito, na sua capacidade intelectual. Ele foi, portanto, feito para sentir as fraquezas dos outros, para apoiar os amigos, especialmente os jovens, mas também os não jovens. [...] Resumidamente; era um homem que podia passar uma tarde inteira conversando com um trabalhador para extrair dele quatro noções que lhe interessassem, porque era um homem que se importava muito em ser informado sobre assuntos íntimos, da **psicologia operária e dos problemas dos trabalhadores**, e de fato foi com este meio que então pôde ensinar

³ Conferir carta de Gramsci endereçada a Giuseppe Lombardo Radice de março de 1918 (GRAMSCI, 1967, p. 100-101).

aos menos preparados, aos medrosos, aos mais inexperientes (QUERCIOLI, 1977, p. 122, tradução nossa, grifo nosso).

O relato reafirma como o incentivo à expressão tem, em Gramsci, lugar importante na concepção de educação e, não obstante, na possibilidade de se pensar uma educação de pessoas trabalhadoras articulada ao conceito de liberdade. Da via expressiva, exemplificada nas lições do “Clube de vida moral”, o trabalho metódico e rigoroso a partir de indagações, problematizações e reflexões toma forma. Trabalho, não obstante, também articulado ao conceito de liberdade, na medida que carrega o ímpeto da autoconsciência sobre a existência e a capacidade de agir sobre o real.

4 FREIRE E SEU “SABER DE EXPERIÊNCIA FEITO”

A expressão “saber de experiência feito”, d’*Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões⁴, usada por Freire em diferentes contextos, nas suas obras e inúmeras entrevistas, aqui serve ao propósito de conexão, entre Gramsci e Freire, quanto ao modo de aprender com a classe trabalhadora, expresso por ambos. De sua vasta obra, vale destacar como uma contribuição para compreender como sua filosofia e ação política se desdobram em práticas pedagógicas, a obra *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1992), onde Freire reafirma sua aproximação com o pensamento gramsciano.

Fazendo memória sobre sua forma de problematizar as reflexões dos autores que lia, mas sobretudo a partir de suas experiências na escute de pessoas trabalhadoras, Freire afirma,

[...] Possivelmente foi a **convivência sempre respeitosa que tive com o “senso comum”**, desde os idos de minha experiência no Nordeste brasileiro, a que se junta a certeza que em mim nunca fraquejou de que sua superação passa por ele, que me fez jamais desdenhá-lo ou simplesmente minimizá-lo. Se não é possível defender uma prática educativa que se contente em girar em torno do “senso comum”, também **não é possível aceitar a prática educativa que, zerando o “saber de experiência feito”**, parta do conhecimento sistemático do(a) educador(a) (FREIRE, 1992, p. 30-31, grifos nossos).

Esta afirmação feita, aos 71 anos de idade, remete ao Freire cinquenta anos antes, ao professor de Língua Portuguesa, no colégio onde havia concluído seus estudos secundários, e entre 1946 e 1955, atuando na instrução dos filhos de trabalhadores da indústria, quando assumiu a direção do setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI) de Pernambuco. Duas experiências iniciais de trabalho, uma numa escola privada de classe média, outra com famílias de

⁴ Cf. Camões (1916).

trabalhadores da indústria, que já provocavam em Freire um incômodo com suas próprias visões idealistas e elitistas de mundo.

O próprio Freire afirma, em uma de suas entrevistas⁵, que “Durante minhas experiências com os pais de alunos do SESI, vi quanto minha linguagem era diferente da deles. Era necessário aprender sua linguagem, a semântica de sua linguagem. Sem isso não haveria comunicação possível” (FREIRE, 1972, p. 17-18). Mas, a questão não se tratava apenas de alcançar a comunicação com as massas, era um processo de tomada de consciência de Freire, que se desdobraria numa atitude pedagógica antielitista e antiidealista. Tal processo é identificado por ele como um “saber de experiência feito”.

Os acontecimentos que se sucedem, ao final da década de 1950 e início de 1960, são relevantes na vida de Freire e na história do Brasil, contribuindo para sua aproximação com o pensamento marxista e o aprofundamento de sua visão sobre a educação emancipatória, como espaço necessário para a disputa de um projeto de emancipação humana. A atuação como professor universitário, a partir de 1961, na cadeira de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife, em especial nas atividades extensionistas no Serviço de Extensão Cultural (SEC), marca a continuidade de seu contato com as camadas populares, sendo um de seus objetivos a formação de professores para educação popular. Desta experiência, somada a várias iniciativas de movimentos populares da época, consolida-se o Sistema Paulo Freire, tendo como principal ação os Círculos de Cultura, onde se desenvolviam os processos de alfabetização de adultos.

Os anos que seguem até 31 de março de 1964, data do golpe civil-militar que instituiu uma ditadura que perdurará 21 anos, são de intensas mobilizações políticas e sociais no Brasil. Havia, no cenário nacional, uma conjuntura de insatisfação popular e ao mesmo tempo de mobilização de setores das classes médias, principalmente intelectuais e universitários, que defendiam a necessidade das chamadas reformas de base no país. Freire se associa ao governo João Goulart, assumindo a coordenação do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), dando início a proposta de uma mobilização nacional para alfabetização de adultos, entre meados de 1963, interrompida pelo golpe civil-militar e que levaria a abertura de vários inquéritos policiais e sua prisão, por mais de uma vez, até seu exílio a partir de outubro de 1964, que durará quase 16 anos.

Em relatório de um destes inquéritos⁶, um coronel afirma:

Dr. Paulo Reglus Neves Freire – É um dos maiores responsáveis pela subversão imediata dos menos favorecidos. Sua atuação no campo da alfabetização de adultos nada mais é que uma extraordinária tarefa marxista de politização das mesmas. O mais grave, contudo, é que

⁵ Entrevista concedida por Freire a Walter José Evangelista, em 1972. Parte dela foi resgatada por Celso de Rui Beisiegel, em seu livro *Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil* (BEISIEGEL, 2008).

⁶ Os documentos relativos aos inquéritos policiais respondidos por Freire estão disponíveis no Projeto Memórias Reveladas do site do Ministério da Justiça e podem ser consultados a partir do link: http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=Paulo%20Freire&input_pesqfundocolecao=. Acesso em 12 mar. 2023.

essa subversão era executada com os recursos financeiros do próprio governo federal e com a ajuda da Aliança para o Progresso e outros. Isso torna mais grave a traição que fazia a Pátria!

Os primeiros anos de exílio, no Chile, possibilitam a Freire distanciamento e reflexão a partir das suas práticas pedagógicas, expressas principalmente nas obras: *Educação como Prática da Liberdade* (FREIRE, 1967) e *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1970). Comentando esta nova etapa de vida e formação, Beisiegel (2008) indicará a chegada dele aos referenciais marxistas,

Tudo parece sugerir que Paulo Freire redigiu o livro *Pedagogia do Oprimido* numa fase de inquietações intelectuais, de muito estudo e de intensa procura de novas e talvez mais abrangentes explicações para os desafios que encontrara na prática educativa. A partir deste livro tornava-se evidente sua aproximação aos quadros de referência do pensamento marxista. São numerosas as indicações neste sentido. Em primeiro lugar, é notável a mudança na bibliografia utilizada. Enquanto os escritos anteriores se apoiavam preponderantemente em autores não diretamente filiados ao pensamento marxista, como Barbu, Mannheim, Ortega e Gasset, Jaspers, Huxley, Marcel, os isebianos e outros também já mencionados, agora neste livro, entre os autores citados encontravam-se, além de Hegel, Marx, Engels, Lenin, Fromm, Sarte, Marcuse, Fanon, Memmi, Lukács, Debray, Freyer, Kossic, Goldman e Althusser. Além disso, havia ainda repetidas menções a escritos e pronunciamentos de Mao Tsé-Tung, Fidel Castro, Ernesto Guevara, Camilo Torres... A mudança era flagrante, o educador passara a movimentar-se num universo teórico bem diferente (p. 335).

Esse novo universo teórico seguirá acompanhando Freire após seu retorno do exílio, em 1980, e se revelará nas práticas políticas e pedagógicas por ele assumidas, até a sua morte em 1997. Muitas das reflexões, revividas e aprofundadas em *Pedagogia da Esperança* (FREIRE, 1992) e escritos publicados na forma de diálogo entre Freire e outros educadores (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1995), remetem, como já destacado no início desta seção do artigo, às aproximações com a visão gramsciana de educação com pessoas trabalhadoras.

Partindo da própria aprendizagem com sua experiência como educador, Freire retoma de Gramsci reflexões sobre o papel dos intelectuais e sua relação com a classe trabalhadora,

No fundo tudo isso tem a ver com o papel do chamado intelectual, que Gramsci estuda tão bem e tão amplamente. Para mim, **se a classe trabalhadora não teoriza a sua prática é porque a burguesia a impede de fazê-la**. Não porque ela seja naturalmente incompetente para tal. Por outro lado, o **papel do intelectual revolucionário** não é o de depositar na classe trabalhadora, que também é intelectual, os conteúdos da teoria revolucionária, mas o de, aprendendo com ela, ensinar a ela (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1995, p. 54).

O que Freire denominará, ainda nesta reflexão, de “método dialético de interpretação do real”, é o que na prática de um educador revolucionário deveria contribuir para que a classe trabalhadora apreendesse, nesse movimento do real, inclusive o pensamento burguês nela incrustado. Estas suas reflexões partiram, principalmente, do seu contato com o trabalho de Amílcar Cabral, líder da independência das colônias portuguesas na África, a quem ele denominava educador revolucionário.

Em certo sentido, e o exemplo de Amílcar Cabral evidencia isso, esse educador revolucionário, na sua relação com a classe trabalhadora, exerce um papel de intelectual orgânico, apontado por Gramsci, nos Cadernos de Cárcere, como aquele capaz de estabelecer uma relação conectiva e organizativa das massas, no enfrentamento de um projeto societário de exclusão da classe trabalhadora, na perspectiva de se perceberem em condição de dirigentes, e não apenas de dirigidos (GRAMSCI, 1975). Essa reflexão carcerária de Gramsci se soma à visão expressa na relação entre os operários e os intelectuais, citada acima a partir do escrito *Antes de tudo, livres*, que destacava a necessidade de a classe trabalhadora reagir “contra o despotismo dos intelectuais de carreira e das habilidades do direito divino”.

A discussão acerca do educador revolucionário que remete a intelectuais orgânicos, em contraponto aos intelectuais de carreira e aqueles que defendem o direito divino, conecta-se com projetos formativos, com concepções de educação e com práticas pedagógicas diferentes. A conhecida defesa de Freire sobre a aprendizagem mútua, na relação ensino-aprendizagem, no confronto da relação pedagógica “bancária”, é tomada por muitos acadêmicos do seu tempo como visão idealista da educação, o que será rebatido por Freire, em *Pedagogia da Autonomia*, com uma defesa do lugar do conhecimento presente em todas as pessoas,

A imaginação, a conjectura em torno do mundo diferente do da opressão, tão necessários aos sujeitos históricos e transformadores da realidade para sua práxis, quanto necessariamente **faz parte do trabalho humano que o operário tenha antes na cabeça o desenho, a “conjectura” do que vai fazer**. Aí está uma das tarefas da educação democrática e popular, da Pedagogia da esperança – a de **possibilitar nas classes populares o desenvolvimento de sua linguagem**, jamais pelo blablablá autoritário e sectário dos “educadores”, de sua linguagem, que, emergindo da e voltando-se sobre sua realidade, perfila as conjecturas, os desenhos, as antecipações do mundo novo. Está aqui uma das questões centrais da educação popular – a da linguagem como caminho da invenção da cidadania (FREIRE, 1992, p. 20, grifos nossos).

Essa alusão a reflexão de Marx (1975) que diferencia o pior arquiteto da melhor abelha, conecta-se a principal tarefa da educação democrática e popular: possibilitar a classe trabalhadora o desenvolvimento de sua linguagem, fato esse que será fundamental para elaborar uma consciência crítica, que ultrapasse o senso comum e a imposição da leitura de mundo crivada pelas lentes do “opressor”. O que

encaminha para uma defesa de Freire sobre a democratização do saber. Ele vai reafirmar, nesse diálogo, em *Pedagogia: diálogo e conflito*,

Meu ponto de partida é que a classe trabalhadora tem **dois direitos**, entre muitos outros, fundamentais.

Primeiro, **conhecer melhor o que ela já conhece** a partir da sua prática. Ninguém pode negar que a classe trabalhadora tem um saber. Pois bem, é para conhecer melhor este seu saber que o intelectual revolucionário pode colaborar. Uma das tarefas do intelectual revolucionário é exatamente esta: a de possibilitar, através do desafio, da colaboração, da não-posseção do método, mas da comunhão do método com a classe trabalhadora, possibilitar que ela reveja ou reconheça o que já conhece. [...].

O segundo direito é o de **conhecer o que ainda não conhece**, portanto, de participar da produção do novo conhecimento. E não é possível participar da produção do novo conhecimento se não se tem o direito de participar da produção mesma. Por isso a questão não se resume em tirar da classe burguesa o poder sobre os meios de produção, que é fundamental, mas é crucial também que na revolução se comece a perguntar: **produzir o que, para quem, contra quem e contra o quê?**

Essas respostas não podem ser dadas, no meu entender, por um grupo de técnicos, a classe trabalhadora tem que dar palpite nisso, tem que decidir também.

Ora, para que se faça isso ao nível do conhecimento da realidade, ao nível da participação, não há outro caminho senão o de **partir precisamente do lugar em que a classe trabalhadora se acha** (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1995, p. 54-55, grifos nossos).

Com esta reflexão sobre o método de conhecimento, aqui destacado por Freire, mas também apreendido de Gramsci, encaminha-se a parte final deste artigo, que destaca desses dois teóricos e militantes da educação da classe trabalhadora, algumas proposições para a práxis, tomando como referência o compromisso de que “[...] o ponto de partida está na classe trabalhadora, no seu nível de conhecimento, o puro reconhecer desse ponto de partida necessariamente já é Professores e alunos nos exames vestibulares pôr à disposição da classe trabalhadora o método de conhecimento” (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1995, p. 55). Conectar esse “método do conhecimento” com trabalhadores que sequer se reconhecem como classe, parece ser a principal tarefa de intelectuais que se pretendam “orgânicos” no nosso tempo.

5 ALVISSAREIRAS REFLEXÕES PARA PENSAR A EDUCAÇÃO DE PESSOAS TRABALHADORAS

O espaço final dessa reflexão, buscando ser coerente com a proposição do dossiê, reitera a premissa da valorização do conhecimento da classe trabalhadora

para pensar a educação, a democracia e a própria formação dessa classe. Inicialmente, é importante reafirmar que não só Gramsci e Freire “falam de onde seus pés pisam”, mas também isso ocorre com muitos pesquisadores e professores que se dedicam a pensar a educação das pessoas trabalhadoras, hoje no Brasil, por sua origem de classe, como trabalhadores estudantes, enfrentando os preconceitos e as determinações impostas por um jeito de “produzir conhecimento”, definido *a priori*, como o esperado no mundo acadêmico.

Portanto, consideramos fundamental partir do “saber de experiência feito” para estudar Gramsci e Freire. Essa opção não tem sido fácil porque Gramsci, não deixou obra publicada em vida, exceto seus escritos jornalísticos, portanto temos o acesso aos demais textos e cartas na medida em que são disponibilizados por seus editores; e Freire, por ter sido tantas vezes submetidos ao crivo da “intelectualidade” nacional, para dar provas do seu “rigor teórico” e sua contribuição para pensar a educação brasileira. Por outro lado, ambos submetidos a uma certa apropriação que os eleva quase a condição de mártir e/ou profeta. Para essas atitudes, cremos que vale para ambos a afirmação de Gramsci: “Não quero ser mártir nem herói. Acredito ser simplesmente um homem médio, que tem suas convicções profundas e não as troca por nada no mundo” (GRAMSCI, 2005, p. 190).

Dessas “convicções profundas” de Gramsci e Freire destacamos, no artigo, a defesa de que todas as pessoas sabem alguma coisa, ao passo que todas as pessoas também ignoram alguma coisa. Por isso, é tão necessário desconstruir o discurso, ainda hegemônico na sociedade brasileira, de que o saber se vincula ao mérito; que o conhecimento está enclausurado nas instituições de excelência, que atestam por certificados e diplomas quem dele é considerado detentor; e, conseqüentemente, é preciso enfrentar a prática excludente de um sistema educacional que impede a classe trabalhadora, desde sua juventude, o direito de acessar e concluir uma educação básica de qualidade socialmente referenciada, pautada numa perspectiva de formação humana integral.

Para além do reconhecimento da importância das práticas educativas que se realizam fora da escola, as contribuições de Gramsci e Freire aqui retomadas, direcionam para, mais uma vez, a defesa de uma escola pública popular, como importante instrumento para garantir educação, democracia e formação da classe trabalhadora. Parece óbvio, porque tais defesas seguem sendo proclamadas há, pelo menos, um século, mas infelizmente os passos na construção desta escola democrática são lentos e sofreram, nos últimos anos das políticas educacionais brasileiras, enormes retrocessos.

Pautados pelas reflexões deste artigo, pode-se facilmente compreender porque a defesa de um currículo prescritivo, baseado em noções vazias de competências, como as que se encontram na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não dialoga com a realidade da classe trabalhadora, mas serve aos interesses mercadológicos, que se expressam na imposição de “pacotes pedagógicos” padronizados quer, seja para formação de professores, ou para mediação do chamado “conhecimento necessário”. Estratégias que vem sendo introduzidas nos sistemas públicos de ensino, não apenas num claro movimento de padronização e “condicionamento operante” da prática docente, bem como da expropriação do recurso público, que paga caro a empresas, fundações e institutos produtoras destes pacotes.

Na direção de um *Guarnicê* da educação com pessoas trabalhadoras, o contexto de crítica a um currículo imposto, repõe a necessidade de reafirmar que na história da educação brasileira muitas experiências já foram feitas na direção de construir coletiva e diariamente currículos. No caso específico da educação com pessoas trabalhadoras, cabe lembrar as experiências das centrais sindicais; de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; de instituições públicas de ensino, como a rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que têm muito a contribuir, a partir dos currículos praticados em suas diferentes experiências formativas. Como nenhuma dessas experiências foi considerada no pseudo debate que formalizou a BNCC, é o momento de reivindicar uma democracia real e não formal, nesta discussão de currículo em pauta.

Partindo desta compreensão de que todos sabem, mas nem todos sabem que o que sabem é saber e, ainda, que ninguém sabe tudo, cabe ao profissional da educação a tarefa de criar oportunidades para o encontro dos saberes e o reconhecimento dos não saberes. Neste sentido, Gramsci e Freire reforçam diversos elementos que envolvem um processo de conhecer: escuta, pesquisa, leitura, diálogo, elementos de uma relação de aprendizagem mútua que, se estabelecendo entre intelectuais e classe trabalhadora, configurariam uma escola popular democrática.

Uma outra alvissareira reflexão que as ideias de Gramsci e Freire provocam, no contexto brasileiro, novamente se conecta com a política educacional, olhando o discurso em torno da defesa da Lei nº 13.415/2017 que trata da Reforma do Ensino Médio. Uma outra prescrição normativa que não escutou de forma honesta e concreta os milhares de educadores que se debruçam, há anos, para refletir sobre a situação difícil dessa etapa final da educação básica. Não houve nenhuma consideração com os problemas que já se acumulavam nas escolas públicas estaduais, principalmente, com a difícil garantia de uma escola noturna de qualidade, estratégia que atendia em sua maioria a classe trabalhadora.

Essa reforma desqualifica e precariza a formação nas escolas públicas, na medida em que limita o acesso da população aos conhecimentos necessários para a conclusão da sua formação básica. A ideia de focalização em itinerários excludentes aprofunda as desigualdades educacionais, consolidando uma formatação de escolas pobres para os pobres. A reação a esta Lei, na perspectiva de *Guarnicê*, ganha as ruas nestas últimas semanas com vários movimentos sociais, entidades de pesquisa, sindicatos, mobilizados pelos movimentos estudantis pedindo a revogação da Lei de 2017 e a retomada do debate público sobre os problemas do Ensino Médio no Brasil.

Pode não ser nova a proposta, mas é alvissareiro, neste contexto do Brasil pós-Bolsonaro, o grande movimento que chama para ocupar as ruas ser exatamente convocado pela juventude, para revogação de uma lei que a afeta diretamente. Vivemos tempos muito difíceis nos anos que se sucederam ao Golpe de 2016, teremos que fazer um esforço enorme de reconexão com um projeto de país, onde a escola pública pode ser o espaço onde as pessoas trabalhadoras tenham a oportunidade de refletir sobre sua condição, numa sociedade capitalista e num contexto de políticas neoliberais para, a partir do conhecimento compartilhado e elaborado, tomar consciência sobre o que produz, para quem, contra quem e contra o quê.

Por fim, em coro com Gramsci e Freire, é preciso reafirmar que uma proposição de educação democrática é aquela que pensa a formação com as pessoas

trabalhadoras, do lugar de onde elas se encontram. Estamos falando em mais de sessenta milhões de brasileiras e brasileiros que, já possuem mais de 17 anos e não concluíram a educação básica. Estão no subemprego, na informalidade, na terceirização ou no desalento, em relação as questões de acesso a trabalho; além de serem as principais vítimas dos crimes de racismo, feminicídio, LGBTfobia, dentre outros. Para o enfrentamento dessa realidade é que se reafirma, como já diziam Gramsci e Freire, ser necessário um trabalho de intensificação da cultura e de aprofundamento da consciência, que passa pela disputa por um projeto de escola pública popular.

REFERÊNCIAS

- BALDACCI, Massimo. **Oltre la subalternità: praxis e educazione in Gramsci**. Roma: Carocci, 2017.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2008.
- BENEDETTI, Giuseppe; COCCOLI, Donatella. **Gramsci per la scuola: conoscere à vivere**. Roma: L'Asino d'oro edizioni, 2018.
- CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. 2. ed. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1916.
- COSPITO, Giuseppe. L'Edizione nazionale dei Quaderni del carcere. **Laboratoire italien**, v. 18, p. 1-22, 2016.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos: 1910-1920**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 11-31.
- D'ORSI, Angelo. **Gramsci: uma nova biografia**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. Entrevista concedida por Paulo Freire a Walter José Evangelista. *In*: BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- GERRATANA, Valentino. Prefazione. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Torino: Einaudi, 1975. p. xi-xlii.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**: 1926-1930. v.1. Traduzido por Luiz Sérgio Henriques. Organizado por Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, Antonio. Un club di vita morale: lettera a Giuseppe Lombardo Radice. *In*: URBANI, Giovanni (Org.). **La formazione dell'uomo**: scritti di pedagogia. Roma: Riuniti, 1967. p. 100-101.

GRAMSCI, Antonio. **Il nostro Marx**: 1918-1919. Organizado por Sergio Caprioglio. Roma: Giulio Einaudi Editore, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Organizado por Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1975.

GUIDA, Giuseppe; RIGHI, Maria Luisa. Índice generale. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Scritti (1910-1926)**. v. 1. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2019. p. 997-1015.

MANACORDA, Mario A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARTINELLI, Renzo. Gramsci e il 'Corriere Universitario' di Torino. **Studi storici**, v. 14, n. 4, p. 906–916, 1978.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e a educação de adultos**: possibilidades para uma ação transformadora. Traduzido por Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAYO, Peter. Antonio Gramsci e Paulo Freire. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 137-146, jan./jun. 2018.

MUSSI, Daniela; BIANCHI, Alvaro. Cronologia: vida e obra. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 101-118.

QUERCIOLO, Mimma Paulesu (Org.). **Gramsci vivo nelle testimonianze dei suoi contemporanei**. Milano: Universale Economica Feltrinelli, 1977.

URBANI, Giovanni (Org.). **La formazione dell'uomo**: scritti di pedagogia. Roma: Riuniti, 1967.